

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO EM VIÇOSA: A REEDIÇÃO DA DUALIDADE ESTRUTURAL

Mariana Ribeiro Cardoso QUEIROZ¹
Joana D'Arc Germano HOLLERBACH²

102

RESUMO: A articulação entre o ensino médio e o ensino profissional brasileiro vem sendo realizada em meio a discussões que ora se pautam pela formação para o trabalho, ora para um ensino de formação geral. No intuito de contribuir para esse debate, este artigo tem por objetivo mapear a formação profissional em nível médio, no município de Viçosa- MG. Pretende-se, ainda, realizar uma breve contextualização da relação do ensino médio com a educação profissional e do incentivo da iniciativa pública para os setores privados. Para realizar esse mapeamento e essa contextualização, foram realizadas entrevistas semiestruturadas além de observação no campo. Por fim, consideramos que esse tema deixa algumas sinalizações, como, a manutenção da dualidade estrutural, a visão de educação profissional ainda como educação para as classes menos favorecidas, e a indicação de que essa modalidade de formação continua sendo muito procurada por aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar um nível superior, embora continuem a desejar esse nível na perspectiva de melhores condições de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio. Educação profissional. Políticas educacionais.

O ensino médio e a educação profissional: um início de conversa

No intuito de contribuir para o debate sobre o ensino médio e sua relação com a educação profissional, este trabalho tem por objetivo apresentar dados parciais de um estudo realizado no município de Viçosa (MG). Trazemos aqui a discussão de uma pesquisa, referente a uma escola, que buscou mapear a formação profissional em nível médio no município, a partir da identificação das instituições que oferecem esse nível de formação profissional e do perfil dos estudantes que buscam essa formação.

A articulação entre o ensino médio e ensino profissional brasileiro vem sendo realizada em meio a discussões que ora se pautam pela formação para o trabalho, ora para um ensino de formação geral. Sobre essas discussões, Nosella argumenta que:

¹ Mestranda em Educação. UFV – Universidade Federal de Viçosa - Pós-graduação em Educação. Viçosa – MG - Brasil. 36570000 - mariana.r.queiroz@ufv.br

² Doutoranda em Educação. UFSCAr – Universidade Federal de São Carlos - Pós-graduação em Educação. São Carlos – SP - 13565-905. UFV – Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Viçosa- MG - Brasil. 36570000 - joanadarcgermano@gmail.com

Uns defendem uma formação humanista e científica única e para todos; outros, uma formação pré-profissional ou até mesmo profissionalizante; outros ainda defendem a separação entre o ensino médio regular e o ensino técnico e profissional; e outros, finalmente, defendem o ensino médio integrado ao ensino técnico ou à educação profissional. (NOSELLA, 2011, p.2).

O debate sobre o ensino médio tem-se acentuado, ainda de acordo com Nosella (2002), devido à sua própria natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional e pelo grande crescimento das suas matrículas em decorrência do aumento dos concluintes do ensino fundamental desde a implementação da LDB, em 1996, a partir de quando tiveram início as políticas de universalização para esse segmento.

De acordo com as afirmações de Kuenzer (2000), esse crescimento veio acompanhado de um investimento precário e de uma proposta pedagógica insatisfatória para atender a sua dupla finalidade: o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e a preparação básica para o trabalho.

Esta dupla função que tem provocado falta de clareza nos objetivos do ensino médio tem levado vários estudiosos, como Nosella (2011, p.109), a questionarem o sentido e os resultados dessa etapa da educação básica: “[...] ela propedêutica ao ensino superior? É profissionalizante? Constitui um ponto terminal de um processo ou é fase meramente transitória”?

Além de proporcionar uma falta de identidade, essa dupla finalidade tem feito perpetuar a dualidade educacional em nosso sistema de ensino. Tal dualidade como observa Kuenzer (2000) vem desde a criação em 1909, das escolas de artes e ofícios, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, destinadas aos “órfãos e desvalidos da sorte” (KUENZER, 2000, p.12). Dessa forma, desde aquele momento a educação profissional no país, assim como em outros, de organização capitalista, além de se ser desintegrada do ensino médio, tem por finalidade formar mão de obra para responder as demandas do setor produtivo.

As escolas do município que ofertavam ensino profissionalizante de nível médio em Viçosa no período da pesquisa eram, são quatro, sendo três escolas privadas e uma estadual. Dessas, três escolas (duas particulares e uma estadual³) mantinham parceria com o Programa de Educação Profissional (PEP), promovido pelo Governo do Estado de Minas

³ Não foi possível obter informações junto à Escola Estadual, pelo que somente as escolas particulares serão consideradas aqui.

Gerais. Dadas as limitações impostas, neste trabalho será considerada apenas uma das escolas, da rede privada, com vinculação ao PEP.

Durante as visitas realizamos entrevistas semiestruturadas com os diretores das três escolas particulares⁴. Portanto, com base nas entrevistas transcritas, nas notas de campo, e nas nossas observações, procuramos evidenciar temas que se mostraram emergentes e que se direcionam para os objetivos desta investigação. Assim, a questão que nos moveu na pesquisa foi: Qual é a natureza da formação profissional, no nível médio, no município de Viçosa/MG?

O repasse de investimentos públicos para o setor privado

A presença da iniciativa privada nos setores públicos, principalmente na educação, se deu com mais ênfase na década de 1990, período marcado por transformações nos âmbitos econômico, social, educacional e político. Essa forte presença ocorreu devido à crise estrutural do capital na década de 1970⁵ (ANTUNES, 2002).

Embora se tenha uma expressiva interferência privada nos setores públicos nesta década, antes desse momento, a iniciativa pública já se posicionava em oferecer uma formação que atendesse as demandas industriais do Brasil.

No período do primeiro mandato de Getúlio Vargas, (1930-1945), ocorre no Brasil a mudança do modelo econômico de base agroexportadora para um modelo de base industrial⁶, criando novas tarefas ao ensino técnico, dando surgimento à demanda por profissionais capazes de ocuparem postos de trabalho no novo contexto da atividade produtiva.

Já em 1959, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo do ensino profissional e técnico era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

Nos anos 1970, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros

⁴Encontramos muita resistência nas escolas para a coleta dos dados. Não foi possível o acesso a documentos nem entrevistas com professores ou alunos. Assim, nossa ação foi limitada a entrevistas com os diretores.

⁵Embora Antunes, afirme que a crise tenha se iniciado na década de 1970, há autores como João Bernardo (2004) que se posicionam em afirmar que a crise tenha iniciado na década de 1960.

⁶Durante o período do primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a indústria brasileira ganhou um grande impulso. Vargas teve como objetivo principal efetivar a industrialização do país, para evitar que o país caísse na dependência externa (SUAPESQUISA.COM, 2013).

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Já em 2008, o sistema foi reorganizado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), que absorveram alguns CEFETs e algumas Escolas Técnicas.

Dentro desse breve panorama de reestruturação da educação técnica e tecnológica, é implementado o Programa de Educação Profissional (PEP), em 2007. De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2012) (SEE/MG), o PEP tem o objetivo de oferecer educação profissional de qualidade para a população do estado de Minas Gerais. O programa recebe apoio financeiro do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Mas, para a 6ª edição do PEP, prevista para 2014, o Governo de Minas fez uma parceria com a empresa Vale⁷, que investiu R\$100 milhões e complementou os investimentos do governo, que foram de R\$43 milhões.

Os cursos do PEP são ofertados pela Rede Mineira de Formação Profissional Técnica de Nível Médio, integrada por escolas estaduais, escolas conveniadas (federais, municipais e filantrópicas) e instituições públicas ou privadas credenciadas pela Secretaria de Estado de Educação - MG.

Para participar do Programa, o aluno deve estar cursando a 2ª ou 3ª série do ensino médio regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos para este mesmo nível de escolaridade na rede estadual. Também podem concorrer às vagas aqueles que já concluíram o ensino médio, sem limite de idade, em qualquer rede de ensino, pública ou particular, desde que não estejam cursando o ensino superior. A seleção dos candidatos é feita por meio de um exame composto por dez questões de Língua Portuguesa e dez questões de Matemática.

A presença da iniciativa privada na oferta da educação profissional deu-se com maior ênfase na década de 1990, com a reforma do estado que se fundamentou na ideologia do neoliberalismo. Esta ideologia marcou a redefinição do papel do Estado por meio de ações de minimização nas áreas sociais, entre as quais a educação e em especial, no ensino profissional, que é orientado pelas mudanças ocorridas na economia (OLIVEIRA, 2003).

O sistema “S” (SESI, SENAI, SENAC, etc.) apontam desde sua criação em 1942, até os dias de hoje a presença do setor privado na oferta de educação profissional e, além disso, marcam o repasse de recursos públicos para o setor privado.

⁷ A Companhia Vale do Rio Doce, hoje apenas sob o nome de Vale, é a maior empresa brasileira do ramo da mineração (VALE, 2013).

Percebemos que, nesse contexto, a educação profissional deixa de ser responsabilidade do setor público, passando à responsabilidade de outros setores, restringindo-se ao atendimento das demandas econômicas.

Regulamentação e desregulamentação da educação profissional: a quem interessa o ensino profissional?

A educação profissional tem por objetivo oferecer qualificação profissional e seu acesso é possível ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, assim como ao trabalhador em geral. Sobre sua regulamentação, esta é marcada por disputas em torno de projetos diferenciados, que, por sua vez, tem-se constituído como uma forma educacional de atendimento aligeirado às demandas do mercado de trabalho.

Durante a década de 1990, é aprovada a Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A educação nacional nesta lei está dividida em dois níveis básicos: educação básica e a educação superior. A educação profissional, por sua vez, é tratada em um capítulo à parte, e, como descreve Saviani (1998), de forma minimalista, sendo articulada à educação básica.

O § 2º do Artigo 36 da LDB, estabelece que “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.” (BRASIL, 1996). Por outro lado, o Artigo 40 traz que “[...] a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” (BRASIL, 1996). Percebe-se certa ambiguidade e falta de clareza, uma vez que ao mesmo tempo em que encarrega a iniciativa pública de ofertar a educação profissional, repassa essa obrigação a outros setores da sociedade, representados principalmente pelos setores privados.

Dessa forma, na redação da LDB, o capítulo que trata da educação profissional, além de ser minimalista, possibilita diversas interrogações quanto à integração e a oferta da educação profissional. Entretanto, segundo Saviani (1998), a característica minimalista da LDB é proposital, por ser compatível com a ideia de Estado mínimo⁸, conceito central na orientação política da década vigente.

O Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004) regulamenta, além da permanência da oferta concomitante e subsequente, a integração do nível médio com o nível técnico de educação,

⁸Estado Mínimo é um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica (MINTO, 2006).

em diferentes graus. Logo, Nosella (2011, p.7) afirma que “[...] o Decreto n. 5.154/2004 permite tudo: tanto o ensino médio separado, como o integrado.” Portanto, embora este Decreto tenha por objetivo superar a dualidade estrutural, na prática com base nos autores consultados, a integração tão almejada pela sociedade civil não ocorreu.

Dessa forma, faz-se necessário ressaltar que o rompimento da dualidade estrutural não vai ocorrer de uma hora para outra, visto que é fruto de um processo histórico. Mas, ainda que leve tempo é possível romper essa com a dualidade, a partir do momento em que não só a concepção de ensino médio, mas a sua própria realidade, for preparar para o exercício consciente da cidadania.

Perspectivas de formação em terras de Artur Bernardes: o ensino técnico de nível médio em Viçosa

Após a identificação das instituições nesse município, foi realizada uma caracterização das relações das instituições com os programas do governo estadual, o perfil dos alunos, e a relação dos cursos com os setores produtivos de Viçosa e região.

Na escola aqui considerada são oferecidos os cursos de Técnico em Informática e Meio Ambiente. O valor dos cursos é aproximadamente 200,00 para os alunos particulares, já a bolsa financiada pelo governo é no valor de 300,00, incluindo material didático. As escolas buscam não comprometer 50% do salário mínimo, visto que é o valor recebido pela maioria.

A maior parte dos alunos, cerca de 90%, são financiados pelo PEP, logo a faixa etária oscila entre 17 a 25 anos, uma vez que o programa possibilita participação aos que ainda estão cursando o ensino médio. Os alunos são, em maioria, oriundos de escolas públicas e com um perfil socioeconômico baixo. Para elucidar essas informações, destacamos a fala da diretora:

Em geral mesmo, nossos alunos são classe média baixa. [...] A maioria é de escolas públicas. Com o PEP o governo oferece oportunidades para quem é de escola pública e como nós temos mais alunos pelo PEP, temos mais alunos de escola pública (DIRETORA DA ESCOLA).

A partir dessa fala e fundamentadas nas concepções de Kuenzer (2000), constatamos que o ensino profissional continua sendo destinado às classes menos favorecidas, enquanto o ensino humanístico permanece aos mais privilegiados.

A maior parte desses alunos não reside em Viçosa, mas em cidades próximas como Ponte Nova, que se localiza à aproximadamente 48 km de Viçosa, Coimbra aproximadamente 20 km, São Geraldo aproximadamente 33 km, Paula Cândido aproximadamente 25 km, Guaraciaba aproximadamente 50 km, Araponga, aproximadamente 52 km e Porto Firme, aproximadamente, 32 km de Viçosa. Essa presença significativa de alunos de fora é ilustrada pela fala da diretora da escola:

Em Viçosa as pessoas têm uma visão de só Universidade, acho que eles não tem uma visão do que se tratam os cursos técnicos, o que poderão fazer com esses cursos. Assim acabam não desenvolvendo uma percepção do que se trata o curso técnico e os benefícios que ele pode trazer para suas vidas (DIRETORA DA ESCOLA).

Sobre o convênio com o programa do governo mineiro, a diretora da escola o considera muito bom tanto para a escola quanto para os alunos que não tem condições de pagar. Além disso, o considera positivo por ter uma duração menor e por ser mais prático que a graduação possibilitando ao aluno uma profissão de qualidade em menor tempo. Mas, embora considere o PEP positivo, tece algumas críticas ao programa. Dentre essas críticas está o fato dos alunos não quererem mais pagar pelos cursos, ou seja, preferem esperar vagas pelo programa. Além de haver alunos que entram apenas por ser de graça e acabam desistindo posteriormente, o que prejudica o orçamento da instituição. Segundo a diretora:

No início do ano é feito um planejamento orçamentário e no meio do ano é necessário outro planejamento [...] É feito um planejamento para 100 alunos e, no meio do ano, há investimento só para metade, uma vez que o Governo só continua a pagar por aqueles alunos que permanecem no programa (DIRETORA DA ESCOLA).

Outros pontos questionados pela diretora são os números de vagas solicitados pelo PEP serem inferior ao que é enviado pela Secretaria de Estado de Educação, ou seja, é a própria SEE/MG que decide quantas vagas serão destinadas às cidades e o processo seletivo realizado pelo programa. “O problema na seleção é que são apenas 10 questões de múltipla escolha de português e 10 de matemática, o que acaba fazendo com que a instituição receba alunos sem base para prosseguirem.”

Ainda de acordo com ela, falta ou uma redação para ver se a pessoa sabe escrever ou uma prova específica de cada curso. “Tem aluno que não sabe ligar o computador, não

sabe o que é minimizar⁹, não sabe o básico e a gente acredita que o aluno já saiba isso porque o curso é prático” (DIRETORA DA ESCOLA). Além disso, a entrevistada afirma sentir insegurança quanto ao programa, por não saber até quando vai.

Ainda ressalta as evasões que ocorrem ao longo do ano pelos alunos mais jovens. No ano de 2012, o curso técnico em Meio Ambiente foi o maior responsável pelas evasões, o que acarretou o não investimento neste curso para o ano de 2013.

Essas evasões têm sido ocasionadas pelo Enem, que possibilita chances a muitos estudantes ingressarem no ensino superior, pelas bolsas oferecidas nas faculdades particulares, pela oportunidade de trabalho que aparece no decorrer do curso e pela falta de maturidade dos jovens, que os leva a indefinição da carreira a seguir. Mas, essa indefinição é lembrada por Nosella (2011) como importante nessa fase da vida. O autor “[...] defende o direito a indefinição profissional, ativa e heurística, pelo menos até os 18/20 anos, para todos os jovens adolescentes” (NOSELLA, 2011, p.14). Ainda de acordo com esse autor, “[...] nessa faixa etária os jovens estão em busca de autonomia, identidade pessoal e inserção social” (NOSELLA, 2011, p.14).

Percebemos assim, que o programa proposto tem sido incorporado pelas famílias e pelos jovens sem a devida maturação. A busca pela formação, longe de ser plena e autônoma, tem se constituído com incerteza e às vezes com desgaste, pessoal e familiar.

Em relação à parceria dos cursos com os setores produtivos de Viçosa e região, a diretora enfatiza que não há parceria com um setor produtivo exclusivo. O que ocorre são convênios com várias empresas para estágios, tanto em Viçosa quanto nas cidades dos alunos, porque, segundo a diretora, como os alunos de fora trabalham, só conseguem realizar os estágios em suas cidades.

Portanto, nota-se que, embora não se tenha como destinatário um setor produtivo específico, a iniciativa pública tem cada vez mais estreitado laços com os setores privados.

Sinalizações finais: a esperança na rebeldia

Pela própria natureza deste artigo, neste momento cabem mais sinalizações que conclusões. Primeiramente, é fundamental sinalizar que a educação profissional é fruto de toda uma história de dualidade educacional, destinado às classes menos favorecidas desde 1909, até os dias de hoje, com diversas mudanças políticas. A educação profissional

⁹ A diretora aqui faz referência a um recurso que oculta uma janela de trabalho em sistemas operacionais.

mantém ainda sua imagem de educação para menos favorecidos na sociedade contemporânea.

Além disso, as evasões nos cursos de nível técnico representam a imaturidade de jovens entre 18 e 20 anos. Imaturidade, muitas vezes não aceitável, pois se espera que os jovens nessas idades já saibam o que seguir, sendo o momento de indefinição compreendido por muitos pais.

Em relação à legislação citada no corpo do trabalho, sinalizamos a persistência de forças conservadoras no controle do poder, favorecendo a manutenção de seus interesses, além de revelar o descaso do Governo em formular uma política para o ensino médio que desenvolva nos jovens o pensamento criativo, autônomo e responsável.

Quanto à avaliação das políticas para a educação profissional de nível médio, Gramsci (2000) nos leva a refletir sobre a proposta de escola unitária, onde se baseia o princípio de unidade entre o desenvolvimento da capacidade intelectual do jovem aliado à sua preparação para o mundo do trabalho. Proposta que, segundo Nosella (2011) ainda não conseguiu efetivar uma estrutura educacional unitária, que extinguisse a dualidade presente no ensino médio.

Por fim, percebemos, com certa angústia, que a marca de exclusão aparece clara entre os jovens que buscam esses cursos. Dessa forma, é fundamental que se constitua uma educação única, que pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e sustentar sua existência.

VOCATIONAL TRAINING IN VICOSA HIGH SCHOOL: THE REEDITION OF STRUCTURAL DUALITY

ABSTRACT: *The articulation between high school and professional education in Brazil has been performed around discussions which at times are ruled by training for work, and sometimes for a general training. In order to contribute to this discussion, this article aims to map out the professional formation in high school, in Viçosa-MG. Also, it is intended to conduct a brief background of the relationship of high school with professional education and encouragement of public initiative for the private sector. To accomplish this mapping and this contextualization, were used as the basis, the qualitative paradigm in the use of semistructured interviews and triangulation to analyze the collected information. Finally, we consider that this subject makes some signage, such as the maintenance of structural duality, the vision of professional education even as education for the lower classes, the constant blurring of young people about what career to pursue and the view that financial success is better achieved when there is a higher level.*

KEYWORDS: *High school. Professional education. Educational policies.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 6.ed. São Paulo : Boitempo, 2002.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>>. Acesso: 08 maio 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: 22 mar. 2012.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.2.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da nossa época, v.63).

MINTO, L. **Estado Mínimo.** 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm> Acesso: 12 jan. 2013.

NOSELLA, P. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação e Sociedade,** Campinas, v.32, n.117, p.1051-1066, out.-dez. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 10 nov. 2012.

_____. **Qual o compromisso político?** ensaios sobre a educação brasileira pós – ditadura. 2.ed. rev. e ampl. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

OLIVEIRA, R. A **(des)qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Programa de Educação Profissional (PEP).** Disponível em: <<http://74.84.131.26/pepav/>> Acesso: 10 nov. 2012.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 4.ed. Campinas: Autores associados, 1998. (Coletânea Educação contemporânea).

SUAPESQUISA.COM. **A industrialização no Brasil**. 2013. Disponível em:
<http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao_brasil.htm> Acesso em:
10 jan. 2013.

VALE. [**Página principal**]. Disponível em:
<<http://www.vale.com/PT/Paginas/default.aspx>> Acesso: 21 jan. 2013.